



Recredenciada pela Portaria 787 de 07/08/2015, DOU de 10/08/2015

Relatório de Autoavaliação Institucional

Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Março - 2016

Índice

I – Introdução.....	3
Planejamento para Autoavaliação Institucional-Triênio 2015/2017	5
Cronograma	18
II – Metodologia	24
III – Desenvolvimento da avaliação e Análise dos resultados	30
IV – Ações com base na análise	48

I – Introdução

Versão do relatório:

Relatório da autoavaliação parcial referente ao ano de 2015.

Caracterização da Instituição:

Faculdade Adventista de Hortolândia – FAH – Código MEC: 5593

Instituição privada, confessional, sem fins lucrativos.

Site: www.iasp.br

Rua Pr. Hugo Gegembauer, 265

Hortolândia – SP

13184-010, Fone: (19) 2118-8000

A Faculdade Adventista de Hortolândia – UNASP Hortolândia (FAH/UNASPHT) é instituição de ensino superior pluricurricular, privada, confessional e filantrópica, sediada no município de Hortolândia, mantida pelo Instituto Adventista de Ensino, e por este orientada, comprometida com a transmissão dos valores cristãos, que busca ministrar ensino de qualidade objetivando permanentemente a excelência, cuja inserção no contexto educacional brasileiro e regional, mediante suas modalidades de serviços agregados representa uma alternativa àqueles jovens que veem nessa orientação um espectro curricular, disciplinar, filosófico, didático e formativo que se harmoniza com seus sonhos pessoais, prerrogativa legítima de cada cidadão em uma sociedade pluralista.

A FAH/UNASP-HT é uma instituição que já tem o seu espaço reconhecido na microrregião em que se insere - Hortolândia, e que abrange também aos municípios vizinhos da Região Metropolitana de Campinas (RMC): Sumaré, Nova Odessa, Monte-Mor, Elias Fausto, Rafard, Capivari, Paulínia, Indaiatuba e outros.

A CPA, implantada em 2008, funciona operacionalmente integrada à CPA do Centro Universitário Adventista de São Paulo.

Composição da CPA

Nome	Status	Segmento
Rubem César Tavares	Presidente	Corpo Técnico-Administrativo
Marcelo Franca Alves	Secretário	Corpo Técnico-Administrativo
Alex Landim	Membro	Corpo Docente
Alciomar Hollanda	Membro	Corpo Discente
Elna Pereira Nascimento Cres	Membro	Corpo Técnico-Administrativo
Encarnação Lourdes Bassoli Andreo Gonçalves	Membro	Corpo Docente
Ledimar Brianezi	Membro	Corpo Docente
Mauro Henrique dos Santos	Membro	Comunidade
Sílvia Cristina de Oliveira Quadros	Membro	Corpo Técnico-Administrativo

Período de Mandato

Tempo indeterminado

Atos de Designação

Atos Especiais 10/15 de 24/03/2010, 13/06 de 17/12/2013 e 15/01-1 de 16/03/2015. Voto CONFAC 2008-15.

Planejamento para Autoavaliação Institucional-Triênio 2015/2017

A Faculdade Adventista de Hortolândia (FAH/UNASP-HT) concebe a avaliação interna como uma poderosa aliada para promover a melhoria contínua da educação oferecida na instituição, por meio da coleta e análise de dados, da produção de relatórios e da sugestão de ações corretivas. Como ação permanente de análise e observação da realidade institucional, o Programa de Avaliação Institucional - PAI deve gerar um conhecimento que transcenda à mera descrição do objeto observado e estimular a discussão sobre as medidas a serem tomadas com o fim de consolidar os aspectos positivos e corrigir os processos que não apresentam a qualidade desejada, configurando-se assim como um instrumento por excelência para orientar o processo de planejamento institucional.

Diante da relevância da autoavaliação para orientar o processo de planejamento institucional, faz-se imprescindível que a mesma também seja planejada de forma que possa efetivamente informar sobre a realidade da instituição.

Nesse sentido, o presente documento representa o trabalho conjunto da CPA de elaborar o planejamento do seu processo de autoavaliação e a validação do mesmo pelos diversos segmentos da instituição que tomaram ciência do referido plano e participaram da construção do mesmo mediante análise do documento elaborado previamente pela CPA e proposição de sugestões em fórum destinado para esse fim. A duração do presente documento é trienal, em que se elencam anualmente os eixos que serão priorizados, de forma que ao término dos três anos tenha sido realizada a avaliação dos cinco eixos propostos pelo SINAES, a saber: eixo 2 (2015); eixo 3 e 5 (2016); eixos 4 e 1 (2017)

A condução e realização das atividades de autoavaliação serão de responsabilidade da CPA, ouvindo e envolvendo a participação efetiva de toda a comunidade interna e a contribuição de atores externos do entorno institucional, como egressos e empregadores. Para a obtenção das informações que comporão o diagnóstico, serão utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais análise documental, grupo de discussão ou grupo focal, entrevistas, questionários, dentre outros.

Os resultados relativos aos eixos que foram trabalhados no período serão socializados ao final de cada ano. A socialização dos resultados se dará por meio de reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos), seminários e outros. As reuniões de planejamento da instituição serão um espaço privilegiado para as ações de sensibilização e divulgação dos resultados.

Dessa maneira, levantando informações e socializando os resultados, a instituição constrói uma cultura de avaliação que possibilita uma permanente atitude de tomada de consciência sobre sua missão e finalidades acadêmicas e sociais, bem como, a tomada de decisões e ações que favoreçam superar a distância entre as intenções expressas nos planos e as práticas concretas realizadas.

Objetivos:

- Possibilitar a consolidação de uma cultura avaliativa;
- Apresentar transparência e garantir a participação tanto no processo de diagnóstico, quanto na construção de soluções aos problemas detectados;
- Favorecer a instauração de um clima de cooperação na identificação de problemas, suas causas e na busca de soluções;
- Prover elementos para o aperfeiçoamento do planejamento Institucional a fim de aumentar a eficiência na consecução da Missão Institucional;
- Fornecer subsídios que agilizem as tomadas de decisão dos órgãos gestores para a correção dos desvios em relação a Missão Institucional;
- Elaborar instrumentos para a avaliação dos diferentes aspectos a serem observados;
- Coletar dados, gerar relatórios, produzir diagnósticos e efetuar análises sobre a realidade educacional;
- Sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo INEP.

Os eixos e dimensões a serem avaliados

Os eixos e dimensões a serem avaliados são relacionados a seguir sendo distribuídos pelo período do triênio e tendo identificadas as ações avaliativas, os recursos de avaliação e os agentes avaliadores.

2015

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1 – Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Dimensão 3 – Responsabilidade Social

Analisar o PDI e as ações institucionais de ensino, pesquisa, extensão, gestão, inserção social, de inclusão e as voltadas para o desenvolvimento econômico e social regional, verificando como as suas políticas e metas se expressam na realidade institucional.

Ações avaliativas:

Verificar:

- A coerência interna do PDI observando a articulação dos seus objetivos e metas, implantadas, com a missão institucional.
- A articulação das metas e objetivos com o cronograma estabelecido e com os resultados do processo de avaliação institucional.
- A coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e pós-graduação implantadas.
- A coerência entre o PDI (políticas) de extensão e metas e as práticas de extensão que estão implantadas.
- A coerência entre o PDI (políticas) e as atividades de pesquisa ou iniciação científica, tecnologia, artística ou cultural.
- A coerência entre o PDI e as ações praticadas quanto ao meio ambiente, à diversidade, produção artística, memória cultural e ao patrimônio cultural
- Se o PDI propõe, e se estão sendo realizadas ações que contemplem o desenvolvimento econômico regional, melhoria de infraestrutura urbana, das condições ou qualidade de vida da população e projetos de inovação social.
- A coerência entre o PDI e as ações de inclusão social executadas.
- A coerência entre o PDI e as ações de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial realizadas.
- A coerência entre o PDI e as atividades voltadas para a cooperação, intercâmbio e programas com finalidades de internacionalização.

Recursos de avaliação

- Projeto de Desenvolvimento institucional (PDI);
- Roteiro para avaliação do eixo 2;
- Relatórios das avaliações institucionais externas para o recredenciamento;
- Relatórios da avaliação institucional externa executada pela Agência Adventista de Acreditação;
- Relatórios de Autoavaliação;
- Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC);

- Roteiro de análise do PDI, PPC e PE(Planos de Ensino) investigando a coerência entre esses documentos;
- Relatórios de eventos, projetos, programas e demais atividades desenvolvidas, relativas ao meio ambiente e à produção artística, à memória cultural e ao patrimônio cultural;
- Relatórios das ações promotoras do desenvolvimento sócio-econômico regional;
- Relatórios das ações promotoras de inclusão social desenvolvidas pelo Serviço de Atendimento ao Aluno, Assistência Social e Programa de apoio ao Discente –PROAD;
- Relatórios das ações de intercâmbio e cooperação realizadas;

Agentes avaliadores

CPA, NDE, alunos, docentes e comunidade alcançada pelos programas e projetos;

2016

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas

Dimensão 2 – Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão

Dimensão 4 – Comunicação com a Sociedade.

Dimensão 9 – Políticas de Atendimento aos Discentes

Analisar a expressão das políticas institucionais acadêmicas, encontradas no PDI, nas as ações de ensino, pesquisa e extensão realizadas nos cursos de graduação e pós-graduação. Avaliar a efetividade dos canais institucionais de comunicação interna e externa e dos programas de apoio ao discente.

Ações avaliativas:

Verificar:

- A articulação entre as políticas de ensino e as ações acadêmico-administrativas desenvolvidas na graduação envolvendo os seguintes aspectos: sistemáticas de atualização curricular; procedimentos didático-pedagógicos; oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial e programas de monitoria.
- A relação entre as ações acadêmico-administrativas e as políticas de ensino na pós-graduação lato e stricto sensu, bem como a articulação com a graduação.

- As diretrizes institucionais para criação, expansão, manutenção e melhoria da qualidade da pós-graduação *lato e stricto sensu*.
- A formação de pesquisadores e de profissionais para o magistério superior.
- A relação entre as políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa, iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.
- Os vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional.
- As políticas e práticas institucionais de pesquisa e para a formação de pesquisadores (inclusive iniciação científica).
- A articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas;
- Os critérios para o desenvolvimento da pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, publicação e divulgação dos trabalhos.
- As ações de extensão, praticadas, e sua relação com as políticas institucionais.
- A concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI.
- A articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno.
- A expressão da integração entre pesquisa, extensão e ensino na prática docente.
- A participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação.
- A relação entre as políticas institucionais e as ações de estímulo referentes à difusão das produções acadêmicas de cunho científico, didático-pedagógico, tecnológico, artístico e cultural.
- A imagem pública da instituição nos meios de comunicação social.
- Os mecanismos de comunicação e sistemas de informação para a coordenação dos campi/cursos.
- As estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa.
- A implantação de canais de comunicação da IES com a comunidade interna e externa: ouvidoria, divulgação de cursos, pesquisa e extensão entre outros.
- A presença de programas de apoio aos estudantes: atendimento psicopedagógico; programas de acolhimento, acessibilidade, nivelamento; participação/realização em eventos; incentivo para a produção discente.

- A existência de políticas e ações de acompanhamento de egressos, considerando os aspectos: responsabilidade social e cidadania onde a IES está inserida, empregabilidade, preparação para o mundo do trabalho, relação com as entidades de classe e empresas do setor.
- A coerência entre PDI e ações institucionais no que tange a inovação tecnológica e propriedade intelectual.

Recursos de avaliação

- Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI, projetos pedagógicos dos cursos, planos de ensino, atas de reuniões.
- Programas e projetos de extensão;
- Relatórios e registros das atividades desenvolvidas e dos programas e projetos de extensão;
- Convênios e acordos com outras instituições públicas e privadas, organizações profissionais e empresariais, associações, centros assistenciais.
- Projetos de Pesquisa e de iniciação científica, tecnológica e/ou artística e relatórios da sua execução
- Relatórios de autoavaliação.
- Relatórios do PROAD- Programa de Apoio ao Discente.
- Relatórios do PROAPARC – Programa de Apoio à Participação em Reuniões Científicas
- Pesquisas ou estudos sobre os egressos e/ou empregadores dos mesmos;
- Entrevista com pró-reitoria de Graduação e coordenadores de curso.
- Entrevista com pró-reitoria de Pós-graduação, pesquisa e extensão, e coordenadores de cursos e de programas.
- Plano do programa de inovação tecnológica, ações em execução/ executadas e resultados alcançados.

Agentes avaliadores

CPA, NDE, coordenadores de curso, pró-reitoria de pós-graduação, pesquisa e extensão, pró- reitoria de graduação, discentes, docentes e egressos.

Eixo 5 – Infraestrutura Física

Dimensão 7 – Infraestrutura Física

Examinar as condições estruturais, ambientais e tecnológicas que a instituição oferece para a realização de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Ações avaliativas:

Verificar:

- Se as instalações administrativas, salas de aula, instalações sanitárias, auditórios, salas para os professores, gabinetes para os professores de tempo integral, espaços para o atendimento aos alunos, biblioteca, laboratórios e ambientes para práticas didáticas atendem às necessidades institucionais nos aspectos de quantidade, dimensão, limpeza, acústica, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação;
- Se as salas de apoio de informática nos aspectos: equipamentos, espaço físico, normas de segurança, acesso à internet, atualização de software, acessibilidade digital, acessibilidade física, condições ergonômicas e suporte tecnológico aos usuários, atendem satisfatoriamente às demandas e necessidades da comunidade acadêmica;
- O plano de atualização das salas de apoio de informática e sua adequação às demandas;
- Se os Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação atendem às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem que envolvem professores, técnicos, estudantes e sociedade civil;
- Se a CPA possui a infraestrutura física necessária para atender adequadamente a realização de suas funções;
- Se a Biblioteca apresenta infraestrutura que atende muito bem às necessidades relativas à acomodação física do acervo e oferece espaço para estudos em grupo e individuais bem como para os técnicos administrativos, e conta também com um plano de expansão e atualização do acervo físico e digital;
- Se a Biblioteca conta com profissionais da área de biblioteconomia, tem o seu acervo e um sistema de empréstimos informatizados, acessível pela internet para consulta e reserva, dispõe de bancos de dados e relatórios de gestão;
- O grau de utilização dos serviços da biblioteca;
- O grau de satisfação dos usuários da biblioteca.

Recursos de avaliação

- Questionários dirigidos aos usuários das instalações e recursos de infraestrutura
- Grupo Focal
- Relatórios (dimensões das instalações, número de usuários, grau de ocupação e utilização dos espaços, equipamentos e serviços; execução de planos de atualização, tamanho, etc.)
- Normas técnicas;
- Indicadores definidos pelos instrumentos de avaliação de curso oficiais.

Agentes avaliadores

CPA, CIPA e usuários dos distintos recursos de infraestrutura.

2017

Eixo 4 – Políticas de Gestão:

Dimensão 5 – Políticas de Pessoal

Dimensão 6 – Organização e Gestão da Instituição

Dimensão 10 – Sustentabilidade Financeira

Analisar as práticas institucionais de gestão administrativa, estrutura organizacional, planejamento orçamentário financeiro e gestão de pessoas, nos aspectos de qualificação, incentivo para formação continuada e planos de carreira, de docentes e técnicos administrativos.

Ações avaliativas:

Verificar:

- O plano de formação e capacitação de docentes e técnicos administrativos;
- A dotação orçamentária para a capacitação de docentes e técnicos administrativos;
- Os planos de carreira de docentes e técnicos administrativos;
- O incentivo à participação em eventos científicos/técnicos/culturais;
- O incentivo à formação continuada de docentes e técnicos administrativos;

- O clima institucional;
- Existência de mecanismos claros e conhecidos para a seleção, contratação, aperfeiçoamento e avaliação do corpo docente e técnico-administrativo;
- O funcionamento, composição e atribuição dos órgãos de gestão e colegiados, sua autonomia e representatividade dos diversos segmentos da instituição (a participação de professores, técnicos, estudantes e sociedade civil organizada; critérios de indicação e recondução de seus membros; realização e registro de reuniões).
- O sistema de registro acadêmico diante das necessidades institucionais e dos discentes considerando: organização, informatização, agilidade no atendimento e diversificação de documentos disponibilizados e guarda do acervo;
- Os processos de tomada de decisão, instâncias de apoio, o grau de centralização, suporte tecnológico e de inteligência competitiva;
- A Sustentabilidade financeira da instituição e formas de captação e alocação de recursos para o custeio e investimento em ensino, extensão, pesquisa e gestão, em conformidade com o PDI;
- O planejamento financeiro (orçamento com as respectivas dotações e rubricas) para a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão, em conformidade com o PDI;
- Se as obrigações trabalhistas estão sendo cumpridas;

Recursos de avaliação:

- PDI;
- Estatuto;
- Planos de carreira docente e dos técnicos-administrativos;
- Atas dos Colegiados de curso;
- Atas da Comdic ;
- Atas do Consu;
- Atas do Cogeu;
- Orçamento dos campi;
- Relação docentes em capacitação/docentes capacitados (em nível de pós-graduação – especialização, mestrado e doutorado);
- Relação dos técnicos-administrativos em capacitação/ capacitados (em nível de pós-graduação: especialização, mestrado e doutorado);
- Planilha de liberação de verbas para capacitação de docentes e técnico-administrativos;
- Planilha de liberação de verbas para auxílio de custo para participação em eventos pelos discentes;
- Programa de apoio à participação em reuniões científicas - Proaparc;
- Planilhas com relação de participantes, e de despesa, em eventos científicos;
- Programa de Apoio ao Docente – PAD ;
- Cópia do balanço e de relatórios contábeis;
- Relatórios do setor de RH;
- Certidões negativas;
- Regulamentos do setor de RH (contratação)
- Perguntas sobre o clima institucional incluídas nas tomadas de opinião;
- Entrevista com docentes e discentes;
- Entrevista com representantes nos colegiados;

- Entrevista com usuários do sistema acadêmico: gestores, professores e alunos;
- Entrevista com gestores (processo de tomada de decisão);

Agentes avaliadores:

CPA; RH; Docentes; Técnicos Administrativos; gestores; alunos;

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional:

Dimensão 8 – Planejamento e Avaliação

Analisar o processo de autoavaliação institucional, sua execução, sua relação com o planejamento institucional e contribuição para a gestão do UNASP.

Ações avaliativas:

Verificar:

- Se o processo de autoavaliação institucional constitui-se em uma ferramenta de gestão;
- Se o planejamento institucional revela a influência da autoavaliação institucional;
- Os procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional;
- Os índices de participação dos agentes institucionais no processo de autoavaliação;
- Se o processo de avaliação permite gerar juízo crítico sobre a instituição;
- O processo de divulgação interna dos resultados da autoavaliação;
- As ações e mudanças decorrentes dos resultados da autoavaliação;

Recursos de avaliação:

- Entrevista com gestores;
- Planejamento estratégico;
- Planejamento anual;
- Relatórios da diretoria de campus;
- Relatórios da autoavaliação;
- Relatórios das CIAC;
- Relatórios da avaliação externa (AAA);
- Programa de avaliação institucional;
- Entrevista com os responsáveis pela divulgação nos campi;
- Entrevista com alunos, docentes e técnicos administrativos;

Agentes avaliadores:

- CPA
- Docentes
- Discentes
- Técnicos Administrativos
- Gestores

A avaliação de todos os eixos e dimensões será referenciada no instrumento de avaliação institucional externa construído pelo Inep.

II – Metodologia

Na autoavaliação do eixo 2, Desenvolvimento Institucional, procura-se verificar a coerência entre o PDI e as ações institucionais de ensino, pesquisa, extensão e gestão, bem como a inserção social da FAH/UNASP-HT e sua atuação face à inclusão e ao desenvolvimento econômico e social.

No processo de autoavaliação foi utilizado o seguinte roteiro, baseado no instrumento de avaliação institucional – MEC – 2014.

Roteiro para avaliação do eixo 2

Em cada item a ser avaliado, é apresentado o seu objetivo, o que se pretende observar ou constatar, a estratégia a ser utilizada e os agentes que executarão a avaliação.

2.1 - Missão institucional, metas e objetivos do PDI.

O Quê:

Verificar a coerência interna do PDI observando a articulação dos seus objetivos e metas com a missão institucional.

Verificar articulação das metas e objetivos com o cronograma estabelecido e com os resultados do processo de avaliação institucional.

O Como:

Análise do PDI e dos elementos presentes nos relatórios das avaliações institucionais externas, realizadas pela comissão de recredenciamento e pela Agência Adventista de Acreditação, e internas (Autoavaliação).

Quem:

Componentes da CPA.

2.2 – As atividades de ensino de graduação e de pós-graduação coordenadores

O Quê:

Verificar a coerência entre o PDI e as atividades de ensino, previstas nos projetos pedagógico de curso – PPC ou realizadas como indicado nos planos de ensino – PE.

O Como:

A CPA deve criar um roteiro de análise da relação PDI x PPC x PE

Quem:

As comissões internas de avaliação de curso - CIAC e os núcleos docentes estruturantes - NDE

Roteiro de análise da Relação PDI x PPC x PE elaborado pela CPA

A CIAC deve Analisar o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e os Planos de Ensino (PE) no contexto do que é estabelecido pelo Projeto Pedagógico Institucional (PPI) observando o grau de coerência entre os elementos correlatos desses documentos.

O grau de coerência deve ser expresso pela seguinte escala:

1 – Inexistente 2 – Insuficiente 3 – suficiente 4 – Muito Boa 5 – Excelente

A anotação indicada na escala deve ser justificada **com elementos textuais ou quantitativos**. (Exemplo: Uso de metodologia ativa previsto no PPI está expressa no PPC item, artigo, etc.. e consta em X% dos planos de ensino).

A falta da justificativa ou uma justificativa superficial indica que há um baixo grau de coerência.

Elementos a serem observados:

- a) Observando a fundamentação filosófica do PPI e do PPC do seu curso você classifica o grau de coerência entre ambos como:

1 – Inexistente 2 – Insuficiente 3 – suficiente 4 – Muito Boa 5 – Excelente

Justifique sua resposta de modo fundamentado:

- b) Observando a abordagem metodológica do PPI, do PPC e dos Planos de Ensino do seu curso você classifica o grau de coerência entre esses documentos como:

1 – Inexistente 2 – Insuficiente 3 – suficiente 4 – Muito Boa 5 – Excelente

Justifique sua resposta de modo fundamentado:

- c) Observando a concepção de avaliação expressa no PPI, no PPC e nos Planos de Ensino do seu curso você classifica o grau de coerência entre esses documentos como:

1 – Inexistente 2 – Insuficiente 3 – suficiente 4 – Muito Boa 5 – Excelente

Justifique sua resposta de modo fundamentado:

d) Observando a concepção de organização curricular expressa nas Diretrizes curriculares, no PPI, no PPC e nos Planos de Ensino do seu curso você classifica o grau de coerência entre esses documentos como:

1 – Inexistente 2 – Insuficiente 3 – suficiente 4 – Muito Boa 5 – Excelente

Justifique sua resposta de modo fundamentado:

e) Observando a concepção de Estágio expressa nas Diretrizes Curriculares, no PPI, no PPC, no Regulamento institucional de Estágios e nos Planos de Ensino do seu curso, você classifica o grau de coerência entre esses documentos como:

1 – Inexistente 2 – Insuficiente 3 – suficiente 4 – Muito Boa 5 – Excelente

Justifique sua resposta de modo fundamentado:

f) Observando as políticas de extensão e as metas contidas no PDI e os conceitos e atividades apresentados no PPC do seu curso, você classifica o grau de coerência entre esses documentos e entre os documentos e as ações praticadas como:

1 – Inexistente 2 – Insuficiente 3 – suficiente 4 – Muito Boa 5 – Excelente

Justifique sua resposta de modo fundamentado:

g) Observando as políticas de iniciação científica e as metas contidas no PDI e os conceitos e atividades apresentados no PPC do seu curso, você classifica o grau de coerência entre esses documentos como:

1 – Inexistente 2 – Insuficiente 3 – suficiente 4 – Muito Boa 5 – Excelente

Justifique sua resposta de modo fundamentado:

2.3 – As práticas de extensão.

O Quê:

Verificar a coerência entre o PDI (políticas de extensão e metas) e as práticas de extensão que estão previstas ou implantadas.

O Como:

Análise dos documentos: PDI, PPC e normas institucionais para operacionalização das práticas de extensão.

(Observação: Os relatórios e registros das atividades realizadas serão considerados ao avaliarmos os elementos correspondentes ao eixo 3) .

Quem:

Componentes da CPA verificam se as normas institucionais para a operacionalização das práticas de extensão expressam as políticas de extensão apresentadas no PDI.

Os NDE verificam se os PPC preveem as atividades de extensão em conformidade com as políticas do PDI.

2.4 – As atividades de pesquisa/iniciação científica.

O Quê:

Verificar a coerência entre o PDI (políticas de pesquisa e metas) e as atividades de pesquisa ou iniciação científica.

O Como:

Análise dos documentos, PDI, PPC e normas institucionais para operacionalização das atividades de pesquisa/iniciação científica.

(Observação: Os relatórios da execução dos projetos, com dados sobre quantidade de participantes, a quantidade de pessoas alcançadas, o impacto dos projetos implantados e realizados serão considerados ao avaliarmos os elementos correspondentes ao eixo3.)

Quem:

Componentes da CPA – verificam se as normas institucionais para a operacionalização das atividades de pesquisa expressam as políticas apresentadas no PDI.

NDE – Verifica se o que consta no PPC é coerente com as políticas previstas pelo PDI.

2.5 – As ações institucionais referentes à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural.

O Quê:

Verificar a coerência entre o PDI e as ações previstas ou praticadas quanto ao meio ambiente, à diversidade, produção artística, memória cultural e ao patrimônio cultural

Considerar detalhes referentes aos itens legais (Nota Técnica DAES/INEP nº 025/2015)

O Como:

Análise dos documentos: PDI; relatórios ou relação de eventos, projetos, programas e demais atividades desenvolvidas.

Quantidade de eventos realizados, a quantidade de pessoas que participam na produção, a quantidade de pessoas alcançadas,

Quem:

Componentes da CPA

2.6 – Ações voltadas para o desenvolvimento econômico social

O Quê:

Verificar se o PDI propõe, e estão sendo realizadas, ações que contemplem o desenvolvimento econômico regional, melhoria de infraestrutura urbana, das condições ou qualidade de vida da população e projetos de inovação social.

Como:

Análise do PDI e de relatórios das ações previstas e executadas.

Quem:

Componentes da CPA

2.7 – Ações de responsabilidade social: Inclusão social

O Quê:

Verificar a coerência entre o PDI e as ações de inclusão social.

Considerar detalhes referentes aos itens legais (Nota Técnica DAES/INEP nº 025/2015)

O Como:

Análise do PDI e de relatórios das ações desenvolvidas pelo Serviço de Atendimento ao Aluno, Assistência Social e Assessoria de Apoio ao Discente.

Quem:

Componentes da CPA

2.8 – Ações afirmativas de defesa dos direitos humanos e igualdade étnico-racial.

O Quê:

Verificar a coerência entre o PDI e as ações praticadas na defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial.

Considerar detalhes referentes aos itens legais (Nota Técnica DAES/INEP nº 025/2015)

O Como:

Análise do PDI, PPC e dos relatórios de ações executadas pela Assessoria de Apoio ao Discente.

Quem:

Componentes da CPA

2.9 – Internacionalização

O Quê:

Verificar a coerência entre o PDI e as atividades voltadas para a cooperação, intercâmbio e programas com finalidades de internacionalização.

O Como:

Análise do PDI e dos relatórios das ações de intercâmbio e cooperação realizadas.

Quem:

Componentes da CPA

III – Desenvolvimento da avaliação e Análise dos resultados

Indicador 2.1

A realidade institucional observada e a análise do PDI revelam que este é o documento norteador da instituição cuja missão é: “Educar no contexto dos valores bíblicos para um viver pleno e para a excelência no serviço a Deus e à humanidade”. As políticas, o conjunto de valores, os objetivos e metas institucionais são totalmente coerentes com a Missão.

Confrontando as metas relacionadas no PDI, com os relatórios de autoavaliação institucional e das avaliações externas observa-se que os processos avaliativos exercem influência muito positiva, pois 70% das metas acadêmicas e 67% das metas administrativas decorrem diretamente desses processos.

Indicador 2.2

As CIAC/ NDE dos cursos foram chamados para efetuarem uma autoavaliação das condições de coerência entre o PDI, o PPC e as atividades de ensino previstas ou realizadas em seus cursos, utilizando-se de um roteiro elaborado pela CPA.

Essa análise foi segmentada em sete aspectos abrangendo, a concepção filosófica, metodológica, de avaliação, de organização curricular, de estágios, de extensão e de iniciação científica. Os itens relativos a metodologia e avaliação foram verificados buscando também sua expressão nos Planos de Ensino, documento oficial mais próximo da prática docente e portanto revelador da coerência entre os pressupostos oficiais e a realidade das ações.

As análises feitas pela CIAC/NDE foram expressas em uma escala de cinco pontos em que o algarismo 1 representa a situação de não existência de coerência entre os documentos e o 5 indica um excelente grau de coerência. Indicação **NA** significa que o item não foi avaliado. Para cada conceito expresso na escala foi apresentada uma justificativa.

Os resultados das análises efetuadas estão registrados no seguinte quadro:

Campus - Curso	Fundamentação Filosófica	Abordagem Metodológica	Concepção de Avaliação	Concepção de Organização Curricular	Concepção de Estágio	Extensão - PDIxPPCxAções	Iniciação Científica: PDI (metas) x PPC (ações)
Administração	5	4	4	4	5	4	4
Ciências Contábeis	5	4	4	4	5	4	4
Educação Física - Bac	5	5	5	5	4	5	5
Educação Física - Lic	5	5	5	5	4	5	5
Pedagogia	5	4	5	5	5	5	5
Sistemas de Informação	4	5	5	5	5	3	5

Quadro 01 - Grau de coerência do PPC com o PDI dos cursos de graduação

Analisando o conceito emitido para cada item do roteiro e suas justificativas:

Item a): Coerência da fundamentação filosófica do PPC com o PDI

Todos os NDE dos cursos do FAH consideram a coerência entre a fundamentação filosófica expressa no PPC com a que consta no PDI como sendo muito boa ou excelente.

Justifica-se a coerência filosófica com o PDI pela expressão de um conceito de educação não conteudista e não centralizada em um saber inerte, mas contextualizada à realidade e centrada nos valores morais segundo a filosofia adventista de educação. O perfil esperado para o egresso, que deve ser um profissional de elevados padrões morais e de conduta ética balizada pelos valores referidos no PDI, com capacidade de se auto gerir e de pensar autonomamente, e capaz de entender sua carreira como uma forma de servir a Deus e a sociedade.

Referem-se também ao processo de ensino-aprendizagem que deve ser fundamentado nos princípios filosóficos constantes no PDI e nos valores ético-cristãos educacionais adventistas.

A matriz curricular com seus componentes distintivos também demonstra a coerência filosófica entre o PPC e PDI.

Item b) : Coerência da Abordagem Metodológica do PPC com o PDI e PE (Planos de Ensino)

O projeto Pedagógico institucional estabelece os seguintes princípios metodológicos que norteiam a prática pedagógica de todos os cursos da instituição:

- *Flexibilidade das atividades de ensino em função dos diferentes estilos de ensinar e aprender, o que implica na compreensão de que não existe uma única forma ou ordem pela qual as pessoas adquirem os conhecimentos, tanto teóricos como práticos;*
- *Autonomia intelectual e pessoal do educando em criar e monitorar suas estratégias de aprendizagem frente aos conhecimentos teóricos e as habilidades científicas e tecnológicas na sua área, o que desenvolve a capacidade de resolução de problemas diante de novas situações na vida pessoal e no exercício profissional;*
- *Integração dos componentes curriculares por eixos/núcleos para promover a superação da fragmentação do conhecimento e de tarefas individualizadas entre as disciplinas e para promover a troca de conhecimentos, a cooperação, a intervenção nos conteúdos e possibilidade de aprofundamento temático;*
- *Metodologias ativas de aprendizagem, ou seja, processos de aprendizagem que valorizem o trabalho efetivo para a produção de conhecimento coletivo, envolvendo professores e alunos – autores e coautores, a partir de ambientes de investigação, de curiosidades e descobertas, que podem ocorrer na forma presencial ou em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).*

De acordo com os princípios metodológicos adotados, a Instituição considera que a forma de aprendizado deve ser ativa, significativa, colaborativa, interdisciplinar, baseada na resolução de problemas, contextualizada e transversal e que os Planos de Ensino elaborados pelos docentes devem contemplar diversas metodologias ativas coerentes com os conteúdos a serem estudados em cada área.

Quando elaboram seus planos de ensino, os professores especificam a metodologia que utilizarão em suas disciplinas, selecionando os procedimentos mais adequados e apropriados às diversas situações de aprendizagem.

Dentre as estratégias de ensino a serem aplicadas nas disciplinas destacam-se as aulas expositivas dialogadas e as experimentais, além da utilização de outras atividades como debates, trabalhos em grupos, realização e apresentação de projetos, pesquisas, estágios, projetos integradores realizados a cada semestre de acordo com os eixos dos cursos, estudos de resolução de problemas, atividades de extensão interdisciplinares, entre outras.

Ao avaliarem a coerência entre o PPC e o PPI os NDE a classificaram como excelente, conceito justificado porque os Projetos Pedagógicos dos cursos são revisados periodicamente, sendo estruturados de modo coerente com o PPI e incorporando as exigências legais que frequentemente são emitidas.

Quanto à análise dos planos de ensino, o grau de coerência entre a abordagem metodológica observada nos mesmos e a apresentada nos PPC é considerada muito boa na maioria dos cursos sendo observado que há espaço para o crescimento principalmente na prática de interdisciplinaridade e na aplicação dos conceitos de metodologias ativas.

Item c) : Coerência entre a concepção de avaliação da aprendizagem expressa no PPI, no PPC e nos PE (Planos de Ensino)

A concepção institucional de avaliação da aprendizagem é que *“A avaliação deve ser contínua a fim de cumprir sua função no processo de ensino-aprendizagem, visto que, avaliar o processo garante a participação do discente, que toma consciência de suas conquistas, possibilidades e necessidades, e do docente, que analisa reflexivamente a eficácia de seu desempenho.”*

O PPI estabelece que, *“para tanto, os critérios de avaliação são apresentados aos alunos de forma clara e objetiva no Plano de Ensino de cada disciplina, que apesar de serem registrados por representação numérica, consideram também os aspectos qualitativos em diversas situações de aprendizagem, tanto individuais como coletiva. Nos aspectos operacionais da avaliação, ela é conduzida por disciplinas, de acordo com o previsto pelo professor em seu Plano de Ensino, com conceito atribuído por semestre, elaborado a partir da aplicação de instrumentos de avaliação diversificados durante o período, o que implica em mais de um tipo de instrumento de avaliação.”*

Os NDE registram que a concepção de avaliação observada nos PPC é plenamente coerente com a descrita no PPI e os elementos referidos podem ser observados nos planos de ensino dos docentes que divulgam seus critérios e utilizam vários instrumentos de avaliação da aprendizagem.

Item d) : Coerência entre a concepção de organização curricular apresentada no PPI e a verificada nos PPC.

O PPI indica que *“A FAH/UNASP-HT concebe o currículo de seus cursos fundamentados no desenvolvimento de competências e habilidades que proporcionará ao seu egresso um eficiente preparo para as novas tendências contemporâneas da sociedade”* e estabelece que o currículo será *“equilibrado e integrado e que abordará: a*

formação pessoal, visando suprir as principais necessidades de desenvolvimento nas esferas espiritual, intelectual, física, social, emocional; e a formação profissional, com o trabalho especificamente voltado para as áreas da formação da carreira ofertada;” que “os currículos devem proporcionar a integração das diversas áreas de conhecimento num sistema mais complexo para que a compreensão da realidade possua os diversos olhares. Por meio da intervenção docente, de projetos integradores, de atividades integradoras entre os diversos componentes curriculares que estão sob o mesmo eixo temático, os programas de estudo se articulam e proporcionam novos conhecimentos” e “A organização curricular dos cursos e programas da Instituição atende às definições das Diretrizes Curriculares Nacionais e demais legislações estabelecidas para cada carreira e nível de ensino” .

“A estrutura curricular dos cursos contempla a articulação da teoria com a prática, flexibilidade e compatibilidade de carga horária total com o ensino, a pesquisa/iniciação científica e a extensão, aspectos considerados indissociáveis dos fundamentos metodológicos do ensino superior numa abordagem interdisciplinar”.

“Para que haja flexibilidade e oportunidades diferenciadas de integralização, a instituição adota:

- A não inclusão de pré-requisitos nas matrizes curriculares;
- Procedimento regulamentado de extraordinário aproveitamento;
- Disciplinas optativas, incluindo a possibilidade de o aluno cursar disciplinas que contribuam com a sua formação em outros cursos da Instituição;
- Projetos integradores;
- Atividades complementares como programas de pesquisa/iniciação científica e extensão e outros.

“A integralização curricular que habilita à obtenção do diploma, no caso da graduação presencial, é feita pelo regime semestral, adotado o sistema de créditos. O aluno deverá integralizar todos os componentes curriculares previstos no PPC, incluindo a elaboração do Trabalho Final de curso, quando instituído. A unidade de crédito equivale a 18 (dezoito) horas.”

“A organização dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação (PPC), tendo como orientação básica as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), compreenderá um conjunto de atividades de ensino-aprendizagem constituídas como componentes curriculares, contemplando disciplinas obrigatórias e optativas, atividades complementares, estágios curriculares supervisionados, práticas profissionais (para as licenciaturas), formalmente acompanhadas e avaliadas, conforme normas próprias.”

“O resultado final das avaliações das disciplinas considerará, tanto na graduação quanto na pós-graduação, os aspectos presença e média final. Para aprovação nas disciplinas, a presença não poderá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária prevista e a média final deverá ser igual ou superior a 6 (seis).”

A análise dos Projetos Pedagógicos de Curso – PPC revela que o seu currículo está estruturado de maneira a integrar a teoria com a prática visando o desenvolvimento das

habilidades e competências relevantes para a formação do profissional com o perfil expresso no PPC.

A estrutura curricular é expressa em uma matriz na qual estão relacionados os componentes, compreendidos por um conjunto de atividades de ensino-aprendizagem, contemplando disciplinas obrigatórias e optativas, atividades complementares e estágios curriculares supervisionados.

Há harmonia entre o que é estabelecido pelo PDI e o regime de notas e faltas praticado, assim como a integralização do currículo que é semestral.

Os NDE dos cursos classificam como muito boa ou excelente a coerência entre a concepção de currículo apresentada no PPI e o que é praticado nos cursos cuja organização é expressa pelos seus projetos pedagógicos.

Item e) : Coerência entre a concepção de Estágio apresentada nas DCN, no PPI e a verificada nos PPC.

O PPI da FAH/UNASP-HT descreve que o “*Estágio Curricular Supervisionado é concebido como um ato educativo orientado por um docente do curso, supervisionado por profissional da concedente, conforme preconiza a Lei N.º 11.788, de 25 de setembro de 2008 e se constitui um componente curricular presente em todos os seus cursos, de acordo com a determinação das DCNs.*

O Estágio Curricular Supervisionado se distingue da dimensão prática das disciplinas e das atividades de prática profissional (nas Licenciaturas) e visa ao aperfeiçoamento profissional discente pelas atividades que permitem a vivência no mundo profissional.

É por meio do estágio que se consolida previamente os desempenhos profissionais desejados e delineados no perfil do egresso, seguindo as peculiaridades de cada curso de graduação.”

A análise do PPC de todos os cursos revela sua conformidade com o PPI. Os cursos apresentam o estágio em sua matriz curricular e definem o seu modelo de supervisão e avaliação.

Todos os cursos consideraram como excelente ou muito boa o grau de coerência entre os documentos referentes aos estágios.

Embora tenha sido solicitada a análise comparativa dos documentos referenciais indicados, 60% dos relatórios mencionam apenas o PPI e o PPC, não mencionando as diretrizes curriculares nacionais.

Item f): Coerência das políticas de extensão e metas contidas no PDI com os conceitos e atividades apresentados no PPC do curso.

A instituição percebe a Extensão como um veículo pelo qual os alunos e docentes contribuem de maneira significativa e democrática com a sociedade, pois ao promover o diálogo entre esta e o saber científico a extensão propicia a socialização do conhecimento.

São políticas institucionais norteadoras da extensão:

- *Que as atividades de extensão sejam pautadas nas premissas da sua missão para que todas as iniciativas desta área concorram para o cumprimento da missão e da vocação institucional.*

- *Que as atividades de extensão, preferencialmente, surjam como iniciativas de docentes, discentes ou colegiados dos cursos priorizando aquelas que possibilitem a interação com a sociedade para a produção e aplicação do conhecimento, e o conseqüente enriquecimento curricular.*
- *Que os projetos de extensão deem preferência a ações que redundem em melhoria na qualidade de vida e na dinâmica da região geográfica na qual a Instituição está localizada, promovendo assim a diminuição das desigualdades sociais, a promoção de atividades artísticas, culturais e ambientais, o bem estar biopsicossocial dos indivíduos e o direito à informação, respeitando a diversidade e promovendo transformações.*
- *Que seja promovida a reflexão coletiva, a partilha de experiências entre docentes nos colegiados dos cursos de graduação e pós-graduação, a conscientização e o estímulo a todas as iniciativas de atividades que integrem a extensão ao ensino e à pesquisa/iniciação científica.*

O PDI traz com meta “manter em cada curso de graduação pelo menos um projeto de extensão”.

A análise dos relatórios emitidos pelo NDE dos cursos revela que, embora a meta prevista no PDI seja atingida e amplamente superada por todos os cursos, ao classificarem o grau de coerência entre PPC x PDI e sua expressão nas atividades desenvolvidas nos cursos, um deles atribuiu o grau “suficiente” justificando que o engajamento dos alunos às atividades oferecidas tem sido prejudicado devido ao elevado número de discentes que, devido às suas atividades profissionais, têm tempo limitado para a participação fora dos horários das aulas.

Item g): Coerência das políticas de iniciação científica e metas contidas no PDI e com os conceitos e atividades apresentados no PPC do curso.

“Na perspectiva da filosofia institucional, a busca pela verdade e pelo conhecimento deve ser desenvolvida com afinco, respeitando as limitações legais, profissionais e éticas relacionadas aos projetos de pesquisa/iniciação científica.

A pesquisa/iniciação científica na FAH/UNASP-HT é associada aos projetos pedagógicos dos cursos, objetivando a qualidade do ensino e a formação do aluno, fazendo parte do processo de ensino-aprendizagem; é uma questão de postura pedagógica frente à formação intelectual e profissional do discente.”

A pesquisa/iniciação científica na FAH/UNASP-HT é orientada por políticas institucionais específicas e deve ser:

- *Articulada com a Missão Institucional e com seu fundamento axiológico;*
- *Vinculada às linhas institucionais de pesquisa, tanto na graduação quanto na pós-graduação;*
- *Permanentemente associada ao ensino e à extensão, incorporada ao projeto pedagógico de cada curso e refletida em sua matriz curricular;*

- *Desenvolvida também em parcerias e intercâmbio com outras instituições que promovam a pesquisa;*

Em suas metas acadêmicas o PDI estabelece que se deve “consolidar a iniciação científica e uma ambiência de pesquisa” e que “em cada curso deve haver pelo menos um grupo de iniciação científica”.

A análise dos PPC efetuada pelos NDE revela que há em cada curso pelo menos um grupo de iniciação científica, que os cursos estão sendo estruturados em conformidade com as políticas institucionais e que a pesquisa é parte do processo de ensino-aprendizagem e está integrada à extensão. Em todos os cursos a análise da coerência entre os documentos norteadores da instituição, PDI, e do curso, PPC, é considerada muito boa ou excelente.

Indicador 2.3

Com relação às práticas de extensão, o PDI aponta que na FAH/UNASP-HT “a Extensão é o veículo pelo qual alunos e docentes contribuem de maneira significativa e democrática com a sociedade. Através dos Programas e Projetos de Extensão, o conhecimento adquirido e produzido é aplicado através da multiplicidade de ações de Extensão desenvolvidas por alunos e servidores docentes e técnico-administrativos nos diversos segmentos da sociedade civil”.

Com essa visão, o PDI apresenta os seguintes elementos norteadores para as ações de extensão:

- *“Promoção permanente da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa/Iniciação Científica e Extensão;*
- *Articulação constante da Extensão com a Missão Institucional e seu Fundamento Axiológico;*
- *Oferecimento de atividades de Extensão que contribuam com a flexibilização dos currículos;*
- *Ênfase em Atividades que Resultem no Desenvolvimento e Melhoria da Qualidade de Vida da Comunidade;*
- *Promoção de Ações de Intercâmbio e Parcerias.”*

Para garantir o funcionamento dos projetos de Extensão de forma articulada com os PPC dos cursos, a FAH/UNASP-HT realiza, em cada *campus*, editais anuais para a submissão de projetos que são inicialmente apreciados e aprovados nos colegiados de cada curso. Os projetos aprovados são selecionados pelo setor de Extensão e submetidos à aprovação da Comissão Diretiva de *Campus* - COMDIC.

A análise do Formulário de Projeto de Extensão permite identificar que as informações solicitadas em itens tais como: Modalidade da Extensão; Área temática e tipo de Programa (quando aplicável) indicam que há preocupação em garantir que os projetos selecionados estejam em conformidade com as diretrizes propostas pela FAH/UNASP-HT. Além disso, é possível observar que no Formulário de Projeto de Extensão há solicitação de informações referentes ao público-alvo, envolvimento de docentes e discentes da escola e parcerias com outras instituições.

Indicador 2.4

Quanto às atividades de pesquisa/iniciação científica, o PDI revela que *“a pesquisa/iniciação científica na FAH/UNASP-HT é associada aos projetos pedagógicos dos cursos, objetivando a qualidade do ensino e a formação do aluno, fazendo parte do processo de ensino-aprendizagem. Significa dizer que é uma questão de postura pedagógica frente à formação intelectual e profissional do discente. Este processo se concretiza também por meio da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, adotado por todos os cursos de graduação e pós-graduação”*.

“Um ensino superior de qualidade exige do docente e do discente uma atitude investigativa que lhes permita vivenciar a pesquisa/iniciação científica como um processo indispensável para aprendizagem. A pesquisa/iniciação científica, nesses termos, é assumida como um princípio pedagógico.

A pesquisa/iniciação científica, enquanto busca pelo conhecimento ou solução de problemas concretos, de forma sistematizada e criteriosa, proporciona a atualização do corpo docente e, conseqüentemente, a formação de recursos humanos altamente qualificados.”

Tendo apresentado o conceito e significado da pesquisa/iniciação científica, o PDI relaciona as seguintes Políticas para esta dimensão institucional:

- Alinhamento e Consistência da Pesquisa/Iniciação Científica
- Promoção permanente da indissociabilidade entre ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão na comunidade acadêmica;
- Articulação constante da pesquisa/iniciação científica com a missão institucional e seu fundamento axiológico;
- Compromisso com a pesquisa/iniciação científica como um importante componente acadêmico;
- Valorização de ações de intercâmbio e parcerias com outras instituições que promovam a pesquisa;
- Incentivo à produção e divulgação da produção intelectual.

Diante das políticas expostas foram levantadas as ações institucionais relacionadas à pesquisa/iniciação científica.

Constata-se que os projetos de pesquisa/iniciação científica são encaminhados ao colegiado dos cursos para análise e aprovação. Formatados segundo o modelo apresentado em formulário específico, após a aprovação pelo colegiado, os projetos são enviados à coordenadoria de pesquisa sendo selecionados e apresentados à COMDIC para aprovação da planilha orçamentária.

A análise do formulário modelo revela a determinação de garantir a vinculação dos projetos às linhas de pesquisa institucionais e aos grupos de pesquisa e observa-se também que o envolvimento docente e discente é fator condicionante para a aprovação do projeto.

Os aspectos éticos das pesquisas são considerados e há orientações específicas sobre esse tema e para a submissão dos projetos ao Comitê de Ética em Pesquisa da instituição, o que indica uma compreensão da responsabilidade social da pesquisa.

Outro elemento que evidencia a política de pesquisa da FAH/UNASP-HT é a determinação para que todos os cursos de graduação, independente das suas diretrizes

curriculares específicas, possuam disciplinas ligadas ao desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, fundamentado sempre nos conceitos da investigação científica.

No contexto da política de divulgação científica da instituição são encontradas duas ações importantes:

- O Programa de Apoio à Participação em Reuniões Científicas – PROAPARC que é um programa de financiamento para que pesquisadores, docentes e discentes, participem de congressos para a divulgação das pesquisas desenvolvidas no âmbito da instituição.

- A política para a publicação de periódicos. Atualmente há quatro revistas sendo publicadas: *Acta Científica, Life Style, Kerygma, Lumen Educare*.

Indicador 2.5

Na avaliação das ações institucionais referentes à diversidade, ao meio ambiente, à memória e patrimônio cultural, e à iniciação e a produção artística, além da análise do PDI foi consultada a legislação relativa à Educação Ambiental e as diretrizes para a Educação Étnico-racial.

O PDI ressalta que *“a educação tem se destacado como catalisadora de mudanças tecnológicas e sociais em prol da sustentabilidade, o que deve ser contemplado em todos os níveis e modalidades de ensino, do Básico ao Superior,”* e que *“nesse contexto, é indiscutível o papel do ensino superior como agente articulador e promotor de propostas voltadas à preservação e melhoria da qualidade ambiental. Sua atuação inicia-se através da formulação, implementação e multiplicação de políticas, programas e projetos ambientais articulados com as demandas da sociedade,”*

Tendo promovido uma reflexão calcada nos valores institucionais e sua cosmovisão, a instituição estabeleceu *“a Política Ambiental da FAH/UNASP-HT que sintetiza os principais campos de atuação institucional, quer no âmbito da conscientização e formação de um compromisso pessoal da comunidade acadêmica com as questões ambientais, quer nas ações efetivas a serem desenvolvidas pela Instituição para lograr maior efetividade nas relações com o consumo de bens, com o manejo dos recursos naturais e com os rejeitos produzidos no âmbito institucional”* e estabelece que *“a gestão ambiental da FAH/UNASP-HT deve focar os seguintes aspectos básicos que, pelas características do Centro Universitário, possuem forte influência em seu meio ambiente e entorno, a saber:”*

- *Áreas verdes, compreendendo as áreas urbanizadas, agrícolas e de preservação;*
- *Consumo consciente e gestão de recursos;*
- *Resíduos gerados nos campi, compreendendo os resíduos recicláveis, os potencialmente perigosos e os esgotos;*
- *Educação ambiental.*

Em conformidade com essas diretrizes, em todas essas dimensões são desenvolvidas ações, algumas já há muitos anos, que vão constituindo a FAH/UNASP-HT em um espaço educador sustentável.

A ação institucional na manutenção de áreas verdes urbanísticas tem tornado os seus *campi* em locais aprazíveis em que se pode desfrutar a beleza das flores, as sombras das árvores e a presença de enorme variedade de aves e pássaros. O esforço preservacionista tem mantido áreas de mata atlântica e protegido nascentes e cursos d'água com ampliação da área de vegetação ciliar.

Em 2015 foi instituída a Comissão de Monitoramento Ambiental - COMAM. De caráter consultivo, a COMAM assessora a administração do *campus* na implementação da Política Ambiental, realizando levantamentos e diagnósticos dos desvios e práticas ambientalmente inadequadas, monitorando os indicadores de consumo ou desperdícios dos recursos renováveis e promovendo ações de divulgação para disseminar ideias que levem à conscientização das comunidades quanto à responsabilidade ambiental.

Com os slogans “Economize água antes que a Natureza corte” e “Mais gente envolvida. Mais água no planeta.” a campanha institucional “Amigos da água” promoveu uso racional dos recursos hídricos em todos os ambientes da instituição, para toda a comunidade interna e aos visitantes alcançando as famílias de nossos alunos.

O programa Ecounasp promove, através de peças visuais, o combate ao desperdício e em seu blog, fornece dicas de redução do consumo da água e divulga orientação para um consumo consciente.

A coleta seletiva de lixo, com espaço específico para o recebimento de lixo decorrente do descarte de equipamentos eletrônicos, e a coleta de óleo de cozinha, promovem a redução de impacto ambiental e gera resultados financeiros.

O PDI também refere que *“a organização curricular dos cursos e programas da Instituição atende às definições das Diretrizes Curriculares Nacionais e demais legislações estabelecidas para cada carreira e nível de ensino, sendo estruturada para o desenvolvimento das competências profissionais a partir do perfil profissional do egresso definido na legislação educacional pertinente. Os componentes curriculares são voltados para a apropriação e construção do conhecimento, desenvolvimento de atitudes e habilidades requeridas para o exercício profissional, bem como, a atuação na realidade, segundo princípios éticos, dos direitos humanos, da diversidade étnica e da educação ambiental.”*

“Os temas da Educação Ambiental e do Desenvolvimento Nacional Sustentável são tratados em consonância com a Política Ambiental (PDI) e atende à legislação em vigor que determina a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente. Portanto, os cursos de graduação abordam essa temática em atividades de ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão, além de serem desenvolvidos por meio de competências, atitudes e valores.”

Os elementos relativos à diversidade foram incorporados ao indicador 2.8 em que foram avaliadas a relação do PDI e as ações institucionais relativas à Educação Étnico-racial.

Dentre as políticas institucionais gerais encontra-se a denominada “Memória Cultural, Produção Artística e Patrimônio Cultural” que apresenta a visão e compromisso da FAH/UNASP-HT sobre essa dimensão institucional.

“A FAH/UNASP-HT entende ser seu dever a promoção e o cultivo de bens culturais como elemento fundamental para o desenvolvimento de seus estudantes, e como valor

distintivo da matriz de serviços educacionais. Museus diversos, arquivos, centros de memória, eventos que reúnam várias gerações da vida institucional, devem ser e traduzir expressões de valorização cultural na FAH/UNASP-HT. Além disso, o distintivo cenário da FAH/UNASP-HT na produção artística, especialmente através da música, permite firmar um patrimônio cultural peculiar e de destaque regional, nacional e até internacional.

A memória cultural fortalece o valor cultural de um bem, já que implica na capacidade de estimular a memória das pessoas historicamente vinculadas à comunidade, contribuindo para garantir sua identidade cultural.

A FAH/UNASP-HT compreende também que preservar o patrimônio cultural guarda razão direta com a melhoria da qualidade de vida da comunidade, que implica em seu bem estar material e espiritual e na garantia do exercício da memória e da cidadania. Por isso compreende que preservação garante a continuidade das manifestações culturais.”

A declaração de valor contida nessa política justifica as frequentes ações comemorativas promovidas pelos alunos egressos em décadas passadas, que retornam ao *campus* e celebram o reencontro com Ação de Graças, apresentações musicais e a recordação de eventos passados.

A meta para o estabelecimento de um Centro de Memória Histórica e Cultural, apresentada no PDI, decorre dessa política e foi alcançada com a sua implantação em 2015.

A produção cultural, notadamente a artística musical, é bastante significativa, com 4 grupos de canto coral, 6 conjuntos vocais, 2 orquestras e 3 bandas sinfônicas, e uma camerata que envolvem, no total, 335 participantes e os seus concertos são apreciados por toda a comunidade. Esses grupos também se apresentam em outras instituições e ambientes, em vários locais do país e do exterior.

A FAH/UNASP-HT estimula a produção cultural disponibilizando a infraestrutura necessária e o suporte financeiro para a organização e operação dos principais grupos artísticos em cada *campus*, os quais se constituem também um forte estímulo à iniciação artística e um espaço de oportunidades aos que desejam se desenvolver nessa área cultural.

Para a iniciação e aperfeiçoamento artístico a FAH/UNASP-HT mantém a escola de arte a qual oferece cursos de 21 instrumentos musicais, canto, musicalização infantil, desenho, pintura em grafite, pintura acrílica sobre tela e pastel a óleo sobre tela.

Os concertos de música instrumental, exposições de artes plásticas e apresentações em datas comemorativas, dentre outras, são manifestações que revelam a riqueza cultural do ambiente institucional. Durante o ano de 2015 foram realizados 10 eventos artísticos e musicais intra-*campus*. A produção e lançamento de CD e DVD e a produção de livros comemorativos, registram a produção artística e preservam sua memória.

Indicador 2.6

A Análise do PDI também revela que a FAH/UNASP-HT possui uma Política de Responsabilidade Social que se insere no contexto prático e norteia as ações institucionais e as inúmeras atividades exercidas pelos vários segmentos da instituição. Promove ações institucionais para o desenvolvimento econômico e social voltadas principalmente para o entorno dos seus *campi* e “*enseja a formação de alianças estratégicas, convênios e parcerias que ampliem e fortaleçam os campos de atuação cooperativa das redes de proteção social.*”

“Visando a elevar o padrão da qualidade de vida da população, especialmente, àquelas que se encontram em condições de vulnerabilidade social.”

Por meio da e sua empresa junior a instituição presta consultoria para as pequenas empresas da região de seu entorno.

A FAH/UNASP-HT dá suporte ao projeto NavBlind que utiliza a plataforma Arduino para desenvolver um equipamento de tecnologia assistiva que possibilita a identificação, pelo usuário cego, dos objetos que estão à sua volta. Em fase de testes, esse promissor equipamento proporcionará maior segurança e autonomia ao deficiente visual.

O projeto VovoNet, de alfabetização digital de idosos, a faculdade da terceira idade, cursos de informática básica e hardware, alfabetização de Jovens e adultos e orientação da população quanto à saúde atendem à melhoria da qualidade de vida da comunidade situada no entorno do *campus*.

A política de responsabilidade social também afirma que: “*Fundamentados na proposta institucional de formar pessoas altamente vocacionadas e comprometidas com o serviço a Deus e à humanidade, em cada carreira há componentes curriculares formativos e programas de desenvolvimento de competências e habilidades, que se tornarão um elemento distintivo na prática profissional de seus egressos.*” O que pode ser, de fato, verificado na composição curricular dos cursos oferecidos.

Indicador 2.7

A política de Responsabilidade Social ressalta os esforços de inclusão, destacando que “*A instituição é mantida pelo IAE (Instituto Adventista de Ensino) que é Instituição Filantrópica, de Utilidade Pública, cujas certificações foram outorgadas a partir do reconhecimento da obra de inclusão verificada desde os primórdios da instituição, ao receber indistintamente estudantes oriundos de todas as regiões do país, notadamente carentes, e que recebem amparo institucional nos âmbitos de moradia, de alimentação, de saúde e de formação profissional, cujos benefícios conferidos tomam em consideração, os níveis de carência dos atendidos.*

Conquanto haja índices numéricos obrigatórios legais para fazer jus ao status da instituição filantrópica, historicamente, o percentual financeiro investido em bolsas e em assistência a estudantes carentes ultrapassa em muito o mínimo requerido.

Além dessas ações, iniciativas concretas são desenvolvidas internamente no sentido de prover adequado sustento e atenção a alunos necessitados que compõem os quadros de discentes da própria instituição.”

Observa-se ainda que, para a inclusão acadêmica e social dos estudantes e para estimular a sua permanência na instituição, a FAH/UNASP-HT, através da Assessoria de Apoio Acadêmico ao Discente, oferece os seguintes programas:

- Programa de *mentoring* que abrange a ambientação e acompanhamento do calouro, além da orientação profissional;
- Oficinas de capacitação e atualização - nivelamento;
- Programa de inserção acadêmico-profissional com projetos desenvolvidos em parceria com instituições públicas ou privadas;
- Programa de monitoria;
- Programa de acompanhamento psicopedagógico;
- Programa de inclusão do deficiente.

Além desses, a FAH/UNASP-HT possui Programas de Apoio Financeiro com a Bolsa institucional, que foi incrementada com a adesão ao Programa Universidade para Todos (PROUNI) e ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Associado à Bolsa institucional há o Programa Institucional de Trabalho Educativo que oferece condições para o aluno prestar serviços nos diversos setores da instituição de acordo com as competências e habilidades a serem desenvolvidas de acordo com a área de seu curso favorecendo a inclusão de alunos vindos de regiões mais distantes que se utilizam dos residenciais disponibilizados pela instituição dentro dos seus *campi*.

A FAH/UNASP-HT adequa a sua estrutura física para atender às necessidades das pessoas deficientes, e provê ajuda técnica para o deficiente visual ou auditivo usando recursos tecnológicos, tais como a gravação de aulas para com *closed caption*, softwares de leitura de tela, etc.. e recursos humanos tais como o intérprete que acompanha o aluno surdo em sala de aulas.

A temática da inclusão também é abordada pela pesquisa institucional a partir das seguintes linhas:

- * Meio ambiente, cidadania e responsabilidade social.
- * Desenvolvimento humano: enfoques históricos, educacionais e religiosos.
- * Comunicação e produção cultural.

A instituição oferece ainda diversos projetos de inclusão tais como:

- Projeto para a terceira idade: atividades físicas e acompanhamento do diabético;
- Projeto de inclusão digital para a terceira idade;
- Projeto de alfabetização de adultos;
- Laboratório de pedagogia e matemática para atendimento a crianças com dificuldades de aprendizagem.

Para a inclusão dos seus estudantes estrangeiros a FAH/UNASP-HT oferece aulas específicas de língua portuguesa.

A política de responsabilidade social também destaca as “*Atividades de Solidariedade e Atenção Básica a Comunidades Diversas, através de eventos como o Trote Solidário, o Dia da Responsabilidade Social, as Feiras de Saúde, entre tantos outros, que estão inseridos no calendário acadêmico, os quais atendem a comunidades*”

previamente selecionadas com serviços diversos nos âmbitos: social, profissional, resgate da cidadania e saúde. Os estudantes ao participarem de tais eventos recebem fundamento teórico, assistência técnica e motivação para incorporarem em seus hábitos de vida a prática da responsabilidade social como cidadãos responsáveis no presente e futuro”.

Visando à melhoria da qualidade de vida das comunidades a FAH/UNASP-HT desenvolve uma diversidade de projetos tais como: “Anjos Urbanos”, “Campanhas de Agasalho”, “Projeto Calebe”, “Projeto no Sertão Valongo” (Quilombo em Santa Catarina), “Projeto Carajás” (Ilha do Bananal - Tocantins), Alfabetização de Jovens e Adultos, Faculdade da terceira idade, Trabalho com os moradores de rua, Declaração de Imposto de Renda de pessoa Física” promovido pelos alunos e docentes do Curso de Ciências Contábeis, dentre outros. Além dos supracitados, também estão inseridos no calendário acadêmico os Projetos de voluntariado que têm promovido atendimento social às comunidades ribeirinhas no município de Barreirinha no estado do Amazonas.

Destaca-se o projeto “Trote Solidário” que promove a integração e ambientação dos novos alunos à comunidade acadêmica e proporciona o seu envolvimento na coleta de agasalhos e alimentos e na distribuição do material arrecadado às instituições sociais e a pessoas carentes.

Também são expressão da política de Responsabilidade Social proposta para a Instituição os seguintes projetos e ações:

- Escola de Esportes;
- Concertos e recitais de música instrumental e vocal;
- Atendimento à comunidade por profissionais especializados da área da psicologia;
- Doação de sangue e medula;
- Promoção de campanhas de saúde – outubro rosa, novembro azul;

A Tabela 1 apresenta a quantidade de alunos e docentes participantes dos projetos e atividades realizadas em 2015

Nos últimos cinco anos a Instituição recebeu o Selo de Instituição Socialmente Responsável fornecido pela Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior (ABMES).

Atividade	Participantes
Feiras de Saúde	310
Anjos Urbanos	260
Projeto Calebe	60
Projeto no Sertão Valongo	13
Projeto Carajás	11
Voluntariado na Amazônia	3
Campanhas de Agasalho	1000
Trote Solidário	454
Outubro rosa e novembro azul	4

Tabela 1: Número de docentes e alunos participantes por atividade

A FAH/UNASP-HT realiza ainda Projetos Específicos de Atendimento Emergencial e, sempre que necessário, mobiliza a comunidade acadêmica para a promoção de ações de atendimento às populações carentes que sofrem com problemas de intempéries, levando agasalhos, apoio e comida aos que passam frio nas ruas de São Paulo e atendendo as pessoas vítimas de incêndio em comunidade próximas à IES.

A instituição promoveu campanha de doação de água e a fez chegar a Governador Valadares por ocasião do desastre ambiental provocado pela mineradora Samarco, em Mariana. Também fez chegar a Porto Alegre fardos de roupas e calçados para socorrer os flagelados das enchentes e furacões.

Indicador 2.8

O PDI da FAH/UNASP-HT revela que os currículos de seus cursos promovem a *“Educação de Direitos Humanos vinculando-a a vida cotidiana, ideais da ética, da responsabilidade, da cidadania, da solidariedade e do espírito coletivo. Para tanto, valoriza-se os princípios ético-cristãos como norteadores para as inter-relações no processo ensino/aprendizagem, considerando a singularidade humana, bem como seus múltiplos aspectos, como ser social, biológico, psicológico, político e cultural e sujeito histórico.”*

“Esses temas, a Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, não constituirão uma disciplina específica, mas serão implementados por meio de atividades complementares, atividades de pesquisa e extensão e, principalmente, atitudes e valores apresentados pelo corpo docente, discente e colaboradores, numa visão interdisciplinar.”

Em cumprimento a essa diretriz do PDI os Projetos Pedagógicos dos Cursos estabelecem que os temas relativos aos Direitos Humanos, à Educação das Relações Étnico-raciais, Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena e a Educação Ambiental sejam tratados de forma transversal o que é concretizado pelas atividades de extensão e atividades complementares, bem como pelo o Plano Mestre de Desenvolvimento Espiritual (PMDE) que, ao abordar os valores da filosofia institucional, promove a reflexão e aprofundamento nas questões relativas às relações humanas, o respeito e a valorização do ser humano e de seu meio ambiente.

Regularmente são promovidos eventos para toda a comunidade acadêmica tais como:

- Encontro anual de Liberdade Religiosa que destaca e promove os direitos humanos;
- “Quebrando o Silêncio” - projeto educativo e de prevenção contra o abuso e a violência doméstica que inclui palestras de orientação à comunidade;
- “Seminário de Consciência Negra” - um espaço para as discussões e apresentação de trabalhos sobre as questões raciais;
- Fórum anual de discussão das questões afro-indígenas;

- Semanas especiais dos Cursos – promovem a reflexão e conscientização sobre os temas: Direitos Humanos e Relações Étnico-raciais e Inclusão.

Indicador 2.9

Em seu PDI, a FAH/UNASP-HT reconhece as tendências de maior mobilidade e interconectividade, promovidas pela globalização e viabilizadas por avanços nos transportes e nas tecnologias de informação e comunicação (TICs). Um dos resultados dessas tendências tem sido a internacionalização no Ensino Superior.

Diante deste contexto a FAH/UNASP-HT, além das diretrizes gerais de internacionalização indicadas no PDI, tem uma Política Institucional da Internacionalização. Essa política toma como ponto de partida o fato de que a FAH/UNASP-HT é uma instituição de educação superior (IES) inserida em uma rede internacional e propõe ações de internacionalização voltadas à construção de parcerias com outras IES, especialmente, porém não exclusivamente, IES da própria rede localizadas em outros países; à mobilidade de estudantes e docentes; e ao desenvolvimento da pesquisa.

A Política Institucional de Internacionalização propõe os seguintes objetivos:

- Estimular o processo de internacionalização institucional e estudantil no âmbito acadêmico;
- Facilitar o aprendizado de uma língua estrangeira no próprio país onde é falada;
- Prover uma visão de mundo ampliada através do conhecimento de pessoas, culturas, histórias, economias, geografias distintas;
- Proporcionar uma vivência em ambientes culturais distintos, preservados os valores e a identidade filosófica do contexto confessional da FAH/UNASP-HT;
- Fortalecer a visão sistêmica da rede mundial adventista de educação;
- Qualificar melhor os estudantes brasileiros para o serviço a Deus e a humanidade.

Para a consecução de seus objetivos essa política estipula algumas ações e o estabelecimento de parcerias, além das estabelecidas com instituições da rede adventista, com IES externas à rede adventista, sendo citadas nominalmente a Universidade de Berkeley (EUA), Universidade de Indiana (EUA), Universidade de Austin (EUA) e Universidade do Alabama (EUA). A Política Institucional de Internacionalização prevê sete ações:

1. Mobilidade de estudantes para fins acadêmicos, culturais e aprendizado de línguas;
2. Mobilidade de docentes para a realização de pesquisas e obtenção de títulos acadêmicos em programas de qualificação docente;
3. Mobilidade de docentes como professores visitantes em IES estrangeiras;
4. Realização de eventos virtuais internacionais por meio das TICs;

5. Criação e oferecimento de bolsas, conforme o interesse institucional, para apoio e desenvolvimento em línguas e culturas estrangeiras;
6. Celebração de convênios e acordos de cooperação;
7. Elaboração de regulamentos, quando necessários.

Uma das ações mais importantes em termos de institucionalização da internacionalização no ano de 2015 foi a criação e regulamentação da *Brazilian Adventist School for International Exchange* (BASIE). A BASIE, cuja sede localiza-se no *campus* EC, é o órgão que coordena ações de mobilidade estudantil internacional da FAH/UNASP-HT e oferece esses mesmos programas a todas as instituições de ensino superior e médio da rede Adventista no Brasil. Os objetivos da BASIE estão prioritariamente alinhados ao desenvolvimento de competência intercultural, linguística e acadêmica. A BASIE oferece quatro programas de mobilidade:

1. Intercâmbio cultural e linguístico – o estudante permanece por algum período de tempo em um país estrangeiro para aprender sobre sua língua, história, cultura e/ou religião;
2. Imersão em línguas estrangeiras – o estudante estuda de maneira intensiva uma língua estrangeira com professores nativos, no estrangeiro ou na própria FAH/UNASP-HT;
3. Intercâmbio acadêmico – o estudante participa de programas acadêmicos em uma IES estrangeira, na mesma área do programa acadêmico em que está matriculado na FAH/UNASP-HT;
4. Roteiros culturais em locais históricos – excursões com objetivos culturais, cujo guia seja um docente da FAH/UNASP-HT.

O programa de intercâmbio acadêmico é oferecido apenas para estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino Adventistas no Brasil e para seus respectivos docentes e/ou colaboradores. Nos demais programas é possível a participação de pessoas que não tenham vínculo institucional. Na modalidade acadêmica a BASIE não se responsabiliza pelo aproveitamento de créditos realizados no exterior.

É interessante destacar que a BASIE, por estender seus serviços à comunidade não vinculada à FAH/UNASP-HT, atua também como um prestador de serviços às comunidades no entorno do *campus*, bem como à rede educacional adventista.

Em 2015 11 estudantes de ensino médio e superior da FAH/UNASP-HT participaram dos programas de mobilidade estudantil oferecidos pela BASIE, nos EUA

A mobilidade de docentes tem ocorrido principalmente relacionada à obtenção de títulos acadêmicos em programas de qualificação no exterior. Em 2015, a FAH/UNASP-HT manteve, com bolsas, um docente em programa de doutorado nos EUA.

A FAH/UNASP-HT também tem concedido bolsas de estudos para estudantes estrangeiros. No ano de 2015 vinte e cinco estudantes estrangeiros receberam algum tipo

de bolsa da IES para a realização de estudos no ensino superior, com residência no *campus*.

Atualmente, os estudantes estrangeiros na FAH/UNASP-HT são oriundos de Angola e Paraguai. A presença dos estudantes estrangeiros permite mais facilmente a criação de um ambiente nos *campi* que propicia o contato intercultural para os estudantes brasileiros que não têm a oportunidade de participar dos programas de mobilidade estudantil promovidos pela BASIE. Somam-se ainda, como iniciativas que promovem um ambiente mais internacional no *campus*, a presença de professores estrangeiros, originários predominantemente de países da América do Sul.

O UNASP também é uma instituição parceira do *Adventist Colleges Abroad* (ACA), um consórcio mantido por IES membros e IES parceiras. O grupo de membros é composto por IES de fala inglesa da rede Adventista. O grupo de parceiros é composto por IES espalhadas pelo mundo, onde o Inglês não é a língua oficial. As IES membros enviam estudantes para as IES parceiras, para o aprendizado de idiomas, cultura e realização de créditos. Por conta desta parceria e também para atender à demanda de estudantes estrangeiros que chegam para estudar na FAH/UNASP-HT, a instituição oferece um programa de Português para estrangeiros.

Muito do que tem sido feito em termos de mobilidade de estudantes, docentes e colaboradores, seja no envio ou na recepção, tem sido resultante de convênios e parcerias realizadas principalmente com IES da rede Adventista. Em 2015, as IES parceiras da FAH/UNASP-HT eram as seguintes:

1. Andrews University (EUA)
2. Bogenhofen (Áustria)
3. Gem Stat Adventist Academy (EUA – Ens. Médio)
4. Highland View Academy (EUA – Ens. Médio)
5. La Sierra University (EUA)
6. Mount Ellis Academy (EUA – Ens. Médio)
7. Newbold College (Inglaterra)
8. Sagunto (Espanha)
9. Stanborough School (Inglaterra – Ens. Médio)
10. Villa Aurora (Itália)

Diante do que foi até aqui apresentado é possível perceber que o que tem sido realizado apresenta alinhamento com os objetivos propostos para a Internacionalização da FAH/UNASP-HT indicados no PDI.

IV – Ações com base na análise

A leitura do PDI revela que o conjunto de fins e objetivos da instituição constitui um detalhamento de sua missão, visão e lema, revelando plena articulação entre esses elementos.

As políticas institucionais delineiam um conjunto de ações, e referenciam tantas outras, que são praticadas para a consecução de seus fins e objetivos e, conseqüentemente, da missão institucional.

O projeto pedagógico institucional - PPI, parte integrante do PDI, aprofunda o detalhamento, amplia a descrição e norteia os programas que são oferecidos pela instituição, através dos quais se executam as ações que resultam no alcance dos objetivos e execução das finalidades institucionais.

A análise das metas, e o cronograma de sua execução, revelam que se relacionam aos fins e objetivos institucionais, sendo muitas delas de decorrência direta das políticas institucionais gerais e das políticas acadêmicas. Todas as metas apresentadas no PDI, que são relacionadas ao eixo e período avaliados, foram alcançadas.

Como documento norteador da instituição, classificamos como excelente o grau de coerência do PDI.

A análise da autoavaliação das condições de coerência entre o PDI, o PPC e as atividades de ensino previstas ou realizadas nos cursos, efetuada pelas comissões internas de avaliação de curso – CIAC e/ou os núcleos docentes estruturantes – NDE, abrangendo, a concepção filosófica, metodológica, de avaliação, de organização curricular, de estágios, de extensão e de iniciação científica, revelou um grau de coerência muito bom ou excelente.

Em todos os sete itens considerados constatou-se um muito bom ou excelente grau de coerência entre o PPC, PDI e os planos de ensino. No item relativo à concepção de metodologia de ensino expressa no PDI e a verificada através dos planos de ensino, foi indicado um potencial de crescimento quanto ao exercício da interdisciplinaridade e a aplicação dos conceitos de metodologias ativas. Diante disso, recomenda-se que se faça um aprofundamento na capacitação docente para o registro e prática de ambos os conceitos.

Ao analisarem a coerência entre a concepção de estágio apresentada no PDI e a encontrada no PPC e nas DCN, 60% das CIAC/NDE não fizeram referência às DCN o que enseja a recomendação para que o gestor acadêmico verifique a razão dessa omissão.

Com relação às práticas de extensão e de pesquisa/iniciação científica, a constatação da existência de um processo institucional norteador para a elaboração as propostas e projetos os quais são discutidos e aprovados, inicialmente, pelos colegiados de curso, revela que há excelente coerência entre as políticas descritas no PDI e a sua efetivação processual.

A constatação de que estão sendo cumpridas as metas para a extensão e pesquisa/iniciação científica, estabelecidas no PDI, também demonstram que a sua função norteadora é efetivada.

A avaliação das ações institucionais referentes ao meio ambiente revela que expressam coerência com a visão e indicações normativas estabelecidas pelo PDI. Todavia, para uma mais próxima identidade sugere-se que seja incluída no PDI, uma descrição dos aspectos socioambientais das localidades em que seus campi estão instalados, as quais podem ser acrescidas às descrições, já existentes, dos aspectos socioeconômicos. Essa descrição denota que a instituição tem a compreensão plena do ambiente social em que está inserida.

A criação da COMAM constituiu um grande avanço para a implementação plena da Política Ambiental e, para avançar de modo mais rápido e sustentável nessa tarefa, sugere-se que seja incluída na relação de responsabilidades da COMAM a produção de um Manual de Gestão Ambiental para todos os setores da instituição. Esse manual facilitará o monitoramento e aplicação da política ambiental em cada setor e contribuirá para a mobilização dos diversos segmentos do campus para a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis.

A política “Memória Cultural, Produção Artística e Patrimônio Cultural”, encontra uma expressão muito significativa na vida institucional. Todavia, essa política tem caráter conceitual, apresentando o significado de “patrimônio cultural” e uma declaração do seu valor e importância para a sociedade e para as instituições. Declara ainda que a instituição *“compreende também que preservar o patrimônio cultural guarda razão direta com a melhoria da qualidade de vida da comunidade, que implica em seu bem estar material e espiritual e na garantia do exercício da memória e da cidadania. Por isso compreende que preservação garante a continuidade das manifestações culturais”*. Entendendo que, nesse formato, essa política tem pouco valor norteador para as ações institucionais, sugere-se que seja construída uma política de caráter mais normativo apresentando de forma mais direta os aspectos de preservação dos bens e memória cultural, a produção artística e o seu fomento.

Sugere-se ainda a elaboração de regulamento de funcionamento do Centro de Memória Histórica e Cultural no qual a sua função cultural, de preservação e de divulgação da memória cultural seja explicitada, e que se promova uma mais ampla divulgação do mesmo.

O PDI apresenta com clareza a posição institucional relativa à Educação de Direitos humanos e das relações étnico-raciais, norteador o tratamento metodológico adotado, porém, diante dos referenciais legais estabelecidos pelo Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004, recomenda-se que seja produzido um documento normativo específico sobre as ações de combate ao racismo, indicando os canais de encaminhamento de denúncias, órgãos responsáveis para tratá-las e os princípios a serem adotados para a solução dos casos observados. Como principal documento normativo institucional, o PDI pode conter uma declaração sobre o tema do racismo.

A análise das iniciativas e ações relativas à internacionalização revela que apresentam coerência com a política institucional e alinhamento com os objetivos indicados no PDI, exceto as iniciativas de atividades de extensão de caráter internacional, os projetos de voluntariado com ações realizadas em outros países, que não estão explicitamente incluídas nos objetivos e diretrizes da política de internacionalização.

Considerando que há uma quantidade considerável de iniciativas e estudantes envolvidos em atividades internacionais de extensão, sugere-se que essas ações de extensão sejam incluídas na política de internacionalização.

Para promover estímulo à interação internacional e ampliar o alcance da instituição sugere-se que o portal institucional na web ofereça a possibilidade de tradução para o inglês, com links e contatos mais destacados, o que pode estimular a o interesse de estudantes estrangeiros pela instituição.

Internamente, recomenda-se que haja uma maior divulgação da política de internacionalização e da BASIE junto à comunidade acadêmica e administrativa do FAH/UNASP-HT, e o fortalecimento e ampliação das ações de mobilidade docente, especialmente as iniciativas voltadas à pesquisa e ao envio de professores como visitantes em universidades estrangeiras.

Também é sugerido intensificar os esforços para a formalização de parcerias com instituições externas à rede adventista.

Hortolândia, 31 de março de 2016.